

O primeiro dia ninguém esquece

Fábio Proença Doyle¹

O primeiro dia ninguém esquece. O prédio era imponente. Duas escadarias na frente. Colunas, paredes marcadas pelo tempo, diante da praça bonita, então tranquila, com poucos carros, com pouca gente circulando. Recordo-me que havia um pátio central. No entorno, salas. Eu ali chegava aos 17 anos, um menino meio espantado com a nova etapa de vida que iniciava e com a beleza arquitetônica da velha Casa de Afonso Pena, a Faculdade de Direito da Universidade de Minas

Gerais, pois ainda não fora federalizada. Nem federalizada e nem demolida, como aconteceria alguns anos depois daquele primeiro dia, substituída por mais uma estrutura desgraciosa de concreto, igual a tantas mil outras que existem por aí. Demolida, registre-se, sem os protestos que o ato iconoclasta deveria ter provocado.

Fui inscrever-me para o vestibular. Uma decisão não muito fácil para quem se preparara para ser engenheiro. Tanto que acabava de concluir o Curso

¹ Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, possui o diploma de Estudos Superiores de Doutorado pela mesma escola. Aprovado em concurso para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e para a Procuradoria da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Membro da Academia Mineira de Letras, jornalista e Procurador Municipal aposentado, faz parte do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG. Foi Professor de Teoria Geral do Estado e Coordenador do curso de Graduação em Direito da UNI-BH.

Científico, o último estágio, na época, junto com o Clássico, do ensino secundário. Meu pai me ajudou, mas já era minha tendência a troca da Engenharia pelo Direito. Eu lia muito, gostava de escrever, o que, segundo ele, combinaria mais com as letras jurídicas.

A primeira cena que me vem à memória, no dia mesmo da inscrição, aconteceu no pátio enorme da Faculdade. Um senhor idoso – aos 17 anos, quem tem 40 anos já é idoso... – com uma velha pasta preta debaixo do braço, discutindo com um funcionário ou um professor, como poderia saber? Pensei comigo, pelo tom da conversa, que o velhinho seria um cobrador. Ele falava alto, gesticulava muito. O outro, o que supunha devedor, falava em voz baixa, sem gestos.

Mais tarde, já matriculado no primeiro ano, reencontrei o velhinho bravo. Era o Diretor da Faculdade, o famoso e tão querido pelos alunos professor Francisco Brant. Tão querido, que foi o escolhido por minha turma para ser o nosso paraninfo na solenidade de formatura. Escolha que significou, ainda, um protesto pelo seu afastamento, por limite de idade, da direção da escola, depois de tantos anos no posto. A Faculdade fora federalizada quando cursávamos o quarto ano e a aposentadoria de

mestre Brant foi uma consequência das novas normas impostas pelo Ministério da Educação. Ele não gostou, sofreu muito por isso; nas solenidades, por decisão pessoal, ocupava sempre uma das extremidades da mesa. Sua escolha como paraninfo foi a nossa mensagem de solidariedade.

O velho Brant, como entre nós o chamávamos, na época do meu vestibular um idoso – que palavra impiedosa! – de 80 anos, era uma tradição de muitas dezenas de anos na Faculdade. Nascido em Diamantina em 15 de agosto de 1866, foi diretor dos Correios em Ouro Preto e em Belo Horizonte, com a transferência da capital. Foi Professor da Faculdade Livre de Direito em Ouro Preto e continuou a lecionar com a mudança da Escola para Belo Horizonte. E foi seu Diretor até a federalização, quando, por motivo de idade, aposentou-se. Melhor dizendo: foi aposentado.

Recordo-me do vestibular. A tensão era maior nas provas orais, que as havia, e eram assistidas por todos os candidatos, além de alunos veteranos curiosos. Disputávamos 100 vagas no primeiro ano.

As provas escritas foram realizadas em boa ordem. Um detalhe curioso. O Professor fazia a chamada dos inscri-

tos. Quando pronunciou o nome de um deles, Juarez Távora, alguém – teria sido Raymundo Vergílio do Couto e Silva, filho do Prefeito na época, o médico Gumercindo do Couto e Silva – responde com voz rouca: “Morto em combate”. O riso generalizado quebrou a tensão.

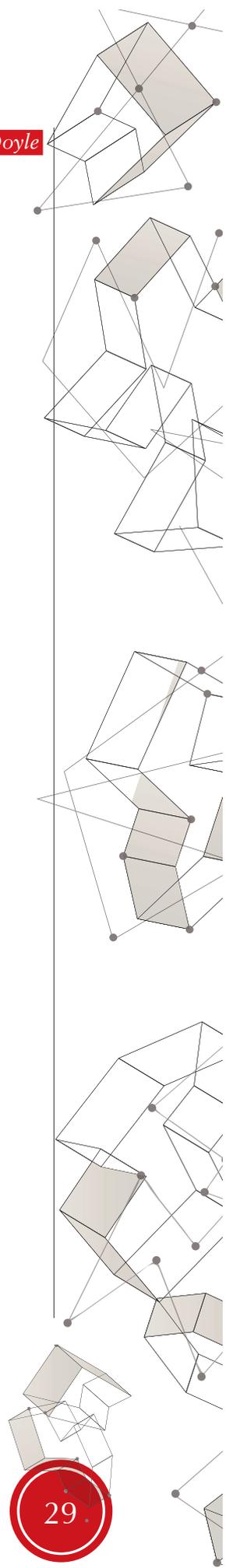
O exame oral, sala cheia, começou com a prova de Inglês. Os candidatos eram submetidos a conhecimentos de Português, de Latim, de Francês ou Inglês, além de História e outros mais – não dá, tantos anos passados, para recordar de tudo. Eu optei pelo Inglês, idioma que sempre cultivei em estudos solitários, aperfeiçoados no velho rádio de minha casa por meio das ondas curtas da WRCA dos Estados Unidos e da BBC de Londres. Não perdia, acredito que nas noites de sextas-feiras, o *The Hit Parade* da WRCA, com os sucessos maiores da música norte-americana. Através dele, acompanhava a liderança de Bing Crosby e depois a ascensão de Frank Sinatra, que desbancou o vozeirão de Crosby. De quebra, melhorava meu inglês básico.

Bem, volto ao exame oral de Inglês. A maioria dos candidatos havia preferido o Francês, mais acessível por sua latinidade. Eu e alguns outros, o idioma anglo-saxão. Na banca exami-

nadora estava o Professor Orlando de Magalhães Carvalho. Na sala cheia, aquela de bancos compridos de antigamente, apinhavam-se praticamente todos os inscritos, os que preferiram o Francês e os que ali estavam para submeter-se ao teste de Inglês. Todos queriam saber como seriam feitas as provas.

Eu, entre eles, na certeza de que poderia aprender um pouco com os que iriam para a banca antes de mim. Afinal, pela ordem alfabética eu deveria ser chamado já com o exame bem adiantado. Daí a surpresa quando ouvi o meu nome, o primeiro a ser convocado para a prova oral. Nenhum outro candidato, com iniciais de A a E, havia optado pelo Inglês.

Assustado, lá foi o quase menino enfrentar a fera. A fama de Orlando Carvalho era de Professor rigoroso, de pouca abertura com os alunos. Silêncio geral, enquanto eu me dirigia para a mesa do suplício. Sentei, cumprimentei o examinador, que me deu um texto em inglês para ler e traduzir. Recordo-me – como poderia esquecer? – do título do texto: *In New York There Are More Telephones Than in France*. Fácil, não? Fácil para quem tinha algum conhecimento da língua inglesa. O texto era longo, jornalístico. Eu o li e traduzi.



Orlando Carvalho pinçou algumas palavras e pediu que eu as traduzisse e explicasse sua função na frase. Finalmente, aparentemente satisfeito, nunca fiquei sabendo da nota que me deu, me mandou sentar. Feliz da vida, voltei ao meu lugar. E não acompanhei o resto do exame. Estava livre, voando nas nuvens...

No primeiro ano, voltaria a encontrar o Professor Orlando Carvalho, como catedrático de Teoria Geral do Estado, TGE para os íntimos. Fui um bom aluno. Eram três provas durante o ano: duas escritas, uma oral. Modéstia à parte, tirei dez, nota máxima, nas três. E na oral, já com média 10, o Professor Orlando Carvalho me ofereceu a opção de não ser examinado. Como minha média era 10, disse ele, se tirasse zero na oral, por não fazê-la, assim mesmo passaria, pois 5 era o mínimo para aprovação. Recusei a proposta. Orlando, cara fechada, respondeu: “Escolha o tema para o seu exame”. No mesmo tom, quanta pretensão juvenil, pedi que ele mesmo escolhesse. Foi o que fez, sempre de cara fechada, fazendo várias perguntas. Para, ao final, me dar mais um 10. Quem quiser confirmar, busque no meu currículo na Faculdade. Modéstia às favas, como diria Machado.

Aliás, por oportuno, registro que as aulas de TGE eram muito boas. Eu me apaixonei pela matéria, tanto que ao ser convidado pelo Professor Ney Soares, Reitor do Centro Universitário UNI-BH para ser o Coordenador do Curso de Direito da Instituição, escolhi para lecionar exatamente a minha TGE dos tempos da Faculdade de Direito. E mais: quando do falecimento de mestre Orlando Carvalho, escrevi um artigo, publicado pela imprensa, comparando-o com o personagem principal do romance famoso *Adeus, Mr. Chips*, de James Hilton. O velho mestre, bravo e justo, merecia e merece todas as homenagens.

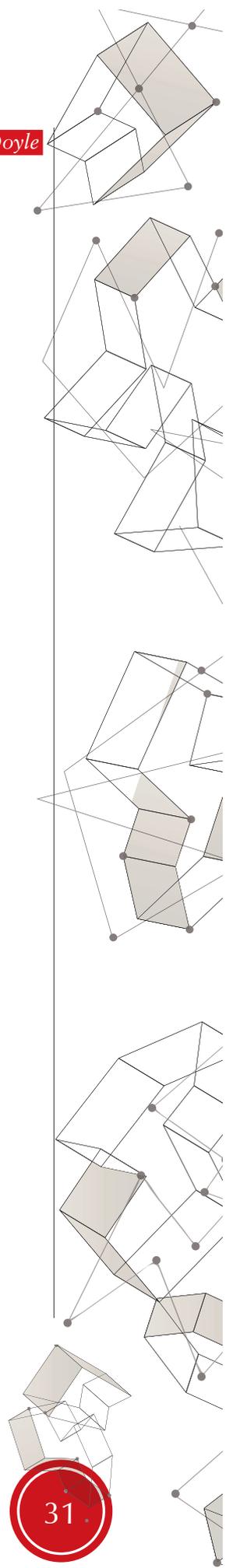
Na escola o ambiente era o melhor possível. Alunos, professores e funcionários formavam uma família unida. Vale citar alguns funcionários da época em que lá estudei. O secretário era o dr. Tancredo Martins Filho, o Tancredinho, filho de um grande advogado. Na secretaria, atuava com competência e dedicação Idalécia Brant, alta, magra, olhos muito claros, ainda com restos de uma beleza antiga. Sempre de bom humor, amiga de todos os alunos, dançava com todos nos bailaricos do DCE. E, ainda na secretaria, nos últimos anos do curso, Hegler Brant Aleixo,

competente, com a boa educação das famílias tradicionais de antigamente. Com os dois e Tancredinho, três bedéis, uma palavra que aprendi lá, designando funcionário de uma universidade ou de uma Casa parlamentar. O Samuel, sempre bem posto, era incumbido de bater o sino no começo e no fim das aulas. Seu nome foi usado para batizar um jornal da Faculdade, *O Sino do Samuel*. O José Maria, exuberante alegria no seu andar gingado. E o João, tão querido que foi o homenageado especial de minha turma, com direito a retrato no quadro de formatura. E tinha ainda o Everardo, que era escriturário. A bibliotecária era a discreta Hayte Schmall. Um quadro de funcionários pequeno, modesto, econômico, bem no estilo austero do velho Brant, que controlava tostão por tostão das despesas com a ajuda de Tancredinho e Idalécia. Bons, saudosos, velhos tempos.

Como não era federalizada, a Faculdade, integrando a Universidade de Minas Gerais, cobrava dos alunos uma mensalidade para sua manutenção. Não me recordo quanto era, porque quem pagava era meu pai. Depois de absorvida pela União, logo, pelo Ministério da Educação, o ensino passou a ser gratuito.

Mesmo cobrando pouco, alguns alunos às vezes se atrasavam no cumprimento de suas obrigações financeiras. Quem quebrava o galho – a expressão já era usada então – era a bondosa e compreensiva Idalécia Brant. Grande, enorme figura de mulher no meio de um grupo de sumidades jurídicas.

Vou tentar citar, usando apenas a memória, alguns professores. O Reitor era o Professor da Escola de Medicina e cientista Otávio Magalhães. Alberto Deodato, com seu sotaque carregado de Nordeste, cultor das letras, estudioso do Direito, era Professor de Ciência das Finanças. Democrata exaltado, integrava o grupo udenista, o da UDN – União Democrática Nacional, majoritário entre os professores e entre os alunos, grupo que tinha no governo a figura lendária e respeitável de outro jurista, Milton Soares Campos. Outro da UDN, líder do partido, liderança democrata não apenas mineira, mas nacional, era Pedro Aleixo, catedrático de Direito Penal, advogado tarimbado e famoso pelos júris em que atuava. Pedro era Secretário de Interior e Justiça do governo Milton Campos. Deixava seu gabinete, na Praça da Liberdade, e descia a João Pinheiro, às vezes de “carro de praça” – como



eram chamados os táxis que ainda não existiam –, às vezes a pé mesmo, com seu chapéu de feltro e sua pasta de couro. Mais um da UDN, o Professor João Franzen de Lima, que foi Prefeito de Belo Horizonte, advogado militante, austero, sóbrio, com didática excepcional no ensino do Direito Civil. Dois filhos dele eram nossos colegas. Amílcar de Castro, cultura polimorfa, organizado, rigoroso nas notas dadas nas provas. Carlos Campos: ninguém, no nosso tempo, conhecia mais profundamente os meandros da Filosofia do que ele, que nos apresentou a Kant e aos imperativos categóricos, às críticas da razão pura e prática, algo misterioso para os meninos meio desatentos que éramos. J. Valle Ferreira, tranquilo, ameno, paciente. Mário Casasanta, fino intelectual, ensinava Direito Constitucional. Pelo que me lembro, em um ambiente marcadamente udenista, Casasanta era uma exceção pessedista, muito ligado ao grupo de Benedito Valadares, que mandou anos e anos seguidos no Estado.

Outro mais, e dos mais lembrados, o Professor Odilon Andrade. Era catedrático de Direito Administrativo, matéria do quinto ano. Mesmo assim, quando o aluno não fazia boas provas, ele

o reprovava, apesar de saber que o terno de formatura já estava pronto. Minha turma foi a última que teve Odilon Andrade como professor. No final do ano, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi dar aulas e, certamente, reprovou bacharelados na Faculdade Nacional de Direito. De minha parte, muito aprendi com ele, e consegui um feito digno de registro diante do rigor com que corrigia as provas: fui aprovado com a média 9.

Finalmente, perdoem-me os omitidos, citarei J. Pinto Antunes. Paulista, industrial, muito rico, veio dar aulas na nossa Faculdade acredito que apenas para satisfazer sua vaidade intelectual. Mas que professor notável ele foi. Suas aulas eram verdadeiras conferências, em que ensinava basicamente como vencer na vida. Empresário de sucesso, conhecia o caminho certo e, sem egoísmo, buscava passar sua experiência para nós outros. Lembro-me de sua última aula, no finalzinho do quinto ano. Depois de dar conselhos e sugestões, concluiu que nós, como advogados que seríamos a partir da formatura, precisávamos vencer a primeira causa, aquela que nos abriria todas as portas e facilitaria o nosso êxito profissional e na vida. E concluiu: a primeira causa a ser vencida é a do

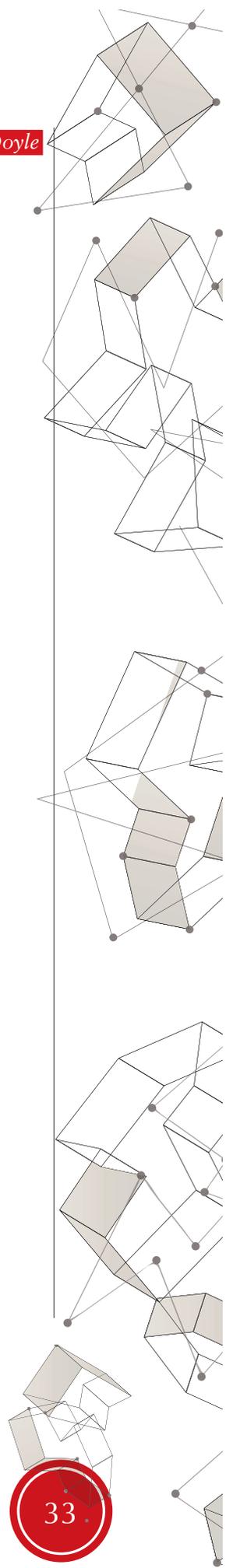
casamento. Procurem casar bem, com alguém que participe de seus sonhos, de suas lutas, de suas aspirações. Se possível, casem com moça que traga recursos financeiros para a sociedade doméstica. Vencida essa primeira causa, as demais se tornarão mais fáceis...

O curioso é que Pinto Antunes era solteiro, e muito rico. Ele vinha a Belo Horizonte apenas para dar suas aulas na Faculdade. Hospedava-se no Grande Hotel, na rua da Bahia com Augusto de Lima. O melhor hotel da cidade. Ali também moravam os estudantes do interior, filhos de pais ricos. Os menos prósperos ficavam mesmo na Pensão de D. Fina, uma velha e histórica casa derubada pelos incorporadores insensíveis, na esquina da rua Guajajaras com a avenida João Pinheiro. De minha turma, lembro-me de dois colegas que ali moraram enquanto estudavam, José Maria Monteiro Costa, de Oliveira, e Estélio Orlando Donagemma, de Cachoeira do Campo. No Grande Hotel – não de minha turma, de outras – lembro-me de João Garcia, de família rica do Triângulo mineiro, e de Nilo Costa, filho de fazendeiros em Governador Valadares. E por algum tempo, Américo Coimbra da Luz, brilhante colega de turma no pri-

meiro ano, quando se transferiu para a Faculdade Nacional de Direito, no Rio, e foi ministro do Superior Tribunal de Justiça. O bom de tudo é que os ricos e os menos ricos conviviam muito bem nas noites da cidade ainda alegre.

Um registro curioso: minha turma era de 100 alunos, ou pouco mais. Maioria absoluta de homens. Zely da Cunha Lima e Nilza Kozak eram as duas únicas da ala feminina. Hoje, nas turmas da Faculdade, o percentual de mulheres é igual ou maior do que o de homens. E outro: apenas um dos nossos tinha carro próprio, o simpático e extrovertido radialista Nelson Luiz Thibau, que foi candidato a Prefeito depois de formado. Quem não se lembra de seu slogan: “Thibau, Thibau, Thibau,/ Thibau para prefeito,/ Thibau eleito e o povo satisfeito”... Poucos professores tinham veículos próprios. O “carro de praça”, já citado, os bondes que subiam Bahia e desciam Floresta e os ônibus conduziam a todos com segurança e conforto nas ruas quase vazias das décadas de 40/50.

Qual era o nosso divertimento fora das salas de aula? Encontros nos barzinhos, passeios nas ruas de luzes vermelhas e, para os já com namoro firme – os mais felizes, acredito, eu entre



eles –, as sessões de cinema, o *footing* vespertino na Afonso Pena e os dos fins de semana na Praça da Liberdade. Que bons tempos eram aqueles!

Era tão bom o convívio que resolvi continuar na velha escola mesmo depois de formado. No ano seguinte, abriram-se inscrições para selecionar alunos para o Curso de Doutorado. Não pensei duas vezes. Já casado – meu casamento aconteceu apenas dois meses depois da solenidade chamada de colação de grau dos novos Bacharéis – fui à Faculdade, com outro colega – Gavino Mudado Filho, idealista, artista, ex-aluno de Guignard e grande, enorme figura humana – e me inscrevi. Fizemos o curso no horário noturno. Acho que as aulas eram realizadas duas vezes por semana. Apresentamos as monografias exigidas, fomos submetidos à banca examinadora e conseguimos o diploma.

A velha e austera casa de Afonso Pena e de João Pinheiro, e de Francisco Brant, e de Pedro Aleixo, e de Carlos Campos, de Antonio Gonçalves Chaves, de Mendes Pimentel, de Edmundo Lins, de Henrique de Magalhães Sales, de Villas-Boas, de Washington Peluso Albino de Souza, de Ariosvaldo de Campos Pires, de Valle Ferreira, de

Lourival Vilela, de Wilson Mello da Silva, de Artur Ribeiro de Oliveira, de Lincoln Prates, de Aloízio Gonzaga de Andrade Araújo, de Messias Donato, de Alfredo Baracho, de Alberto Deodato, e de Mário Casasanta, – que fantástica galeria de professores e diretores – mais recentemente do grande filósofo Joaquim Salgado, e agora da Professora Amanda Flávio de Oliveira – Mestre e Doutora em Direito Econômico, um talento que já deveria estar no Supremo Tribunal Federal pela sua cultura jurídica –, a velha Casa, repito, é também um pouco minha pelos sete anos seguidos em que lá vivi. Convivência que permanece, embora esporádica, mas profundamente sentimental, até hoje. E seria maior ainda se adotássemos, como na Europa, como nos Estados Unidos, uma política de manter o ex-aluno ligado à Instituição, criando entidades e meios para que isso se realize. É uma sugestão, se me permitem.